



CONGRESSO NACIONAL

MPV 301

00069

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 301/06
Autor DEPUTADO LUIZ CARREIRA	nº do prontuário
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Dê-se ao § 1º do Art. 147 da Medida Provisória nº 301, de 2006, a seguinte redação:

Art.147º
§ 1º Na hipótese de redução de remuneração, provento o pensão decorrente da aplicação desta Medida Provisória, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

JUSTIFICATIVA

As vantagens concedidas aos servidores públicos decorrentes do tempo de serviço prestado à administração Pública ou do efetivo exercício de funções comissionadas e outras de ordem judicial incorporaram-se à remuneração do servidor, compondo sempre a base remuneratória por força do princípio do direito adquirido, que, aliás, o STF vem pacificando no sentido de que essas vantagens já incorporaram ao patrimônio do servidor, não podendo, portanto, serem subtraídas de seus contracheques. Ademais, no mérito, a Emenda pretende evitar essa injustiça, eis que o Governo tenta congelar, como de fato o fez nessa MP, a remuneração de quem ganham um pouco a mais para serem alcançados pelos que ganham um pouco a menos, ou seja, objetiva igualar a massa do funcionalismo predominante em quantitativo, tonando-os mais pobre economicamente.

Sala das Sessões, em de de 2006

